

Acórdão: 23.145/18/3ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 15.000049343-08  
Impugnação: 40.010146212-74, 40.010146213-55 (Coob.)  
Impugnante: Ana Paula de Moraes Souza  
CPF: 043.010.976-86  
Paulo Roberto de Souza (Coob.)  
CPF: 236.297.979-20  
Proc. S. Passivo: Aquiles Nunes de Carvalho/Outro(s)  
Origem: DF/BH-3 - Belo Horizonte

### **EMENTA**

**CRÉDITO TRIBUTÁRIO – DECADÊNCIA.** Nos termos do art. 173, inciso I do Código Tributário Nacional, o prazo decadencial aplicável ao lançamento de ofício é de 5 (cinco) anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado. No caso dos autos, não se encontra decaído o direito da Fazenda Pública Estadual de formalizar o crédito tributário.

**ITCD - DOAÇÃO - FALTA DE RECOLHIMENTO/RECOLHIMENTO A MENOR - NUMERÁRIO.** Constatou-se o recolhimento a menor do Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), incidente na doação de bem móvel (numerário), nos termos do art. 1º, inciso III da Lei nº 14.941/03. Os argumentos e documentos carreados pela Defesa são insuficientes para elidir a acusação fiscal. Exigências de ITCD e da Multa de Revalidação capitulada no art. 22, inciso II da Lei nº 14.941/03.

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS - ITCD - FALTA DE ENTREGA.** Constatada a falta de entrega da Declaração de Bens e Direitos em desacordo com a norma prevista no art. 17 da Lei nº 14.941/03. Correta a exigência da penalidade do art. 25 da citada lei.

**Decadência não reconhecida. Decisão unânime.**

**Lançamento procedente. Decisão unânime.**

### **RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) incidente sobre a doação de numerário efetuada pelo Coobrigado (doador) à Autuada (donatária), nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010, de acordo com as informações constantes da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e repassadas à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais pela Receita Federal do Brasil (RFB).

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Constatou-se, ainda, a falta de entrega da Declaração de Bens e Direitos (DBD), à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG, relativa à doação recebida.

Exige-se ITCD, Multa de Revalidação capitulada no art. 22, inciso II e Multa Isolada prevista no art. 25, ambos da Lei nº 14.941/03.

O Doador e a Donatária foram eleitos para o polo passivo da obrigação tributária com base, respectivamente, no art. 21, inciso III e no art. 12, inciso II, ambos da Lei nº 14.941/03.

Inconformados, Autuada e Coobrigado apresentam, tempestivamente e por procuradores regularmente constituídos, Impugnação às fls. 67/74, acompanhada dos documentos de fls. 75/166, com os seguintes argumentos, em síntese:

- suscitam a nulidade do lançamento fiscal por ausência de intimação à Autuada, do Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF e do Auto de Infração (AI), em afronta ao art. 69 e art. 70, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA;

- arguem a decadência do direito de a Fazenda Pública Estadual de constituir o crédito tributário nos termos do art. 173, inciso I do Código Tributário Nacional – CTN;

- colacionam jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJ/MG pertinentes à matéria;

- pedem a extinção do crédito tributário em razão da decadência.

Os Impugnantes apresentam aditamento à Impugnação às fls. 169/176, com os argumentos infra elencados:

- reiteram a arguição da decadência do direito de a Fazenda Pública Estadual de constituir o crédito tributário sob o entendimento de que a Lei nº 23.090/18 revogou o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 14.941/03;

- entendem que não se aplica ao caso em exame o art. 173, inciso II do CTN;

- anexam jurisprudência do STJ e TJ/MG acerca da matéria;

- reiteram o pedido de extinção do crédito tributário eis que abrangido em sua totalidade pela decadência.

A Fiscalização manifesta-se às fls. 178/190, quando refuta as alegações da Defesa e pugna pela procedência do lançamento.

---

### ***DECISÃO***

#### **Da Preliminar**

##### **Da Arguição de Nulidade do Auto de Infração**

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Os Impugnantes requerem que seja declarado nulo a peça fiscal, em razão de vícios no lançamento, qual seja ausência de intimação da Autuada da lavratura do AIAF e do Auto de Infração.

Entretanto, razão não lhes assiste como adiante se verá.

Verifica-se que a Autuada foi regularmente intimada do AIAF, em 08/06/18, conforme Aviso de Recebimento (AR), acostado às fls. 03.

Quanto ao Auto de Infração registra-se que a peça fiscal foi recebida em 24/07/18, conforme AR de fls. 63 do PTA.

Registra-se por oportuno, que o Auto de Infração contém os elementos necessários e suficientes para que se determine, com segurança, a natureza das infrações. As infringências cometidas e as penalidades aplicadas encontram-se legalmente embasadas. Todos os requisitos foram observados, formais e materiais, imprescindíveis para a atividade do lançamento, previstos nos arts. 85 a 94 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

Induidoso que os Sujeitos Passivos compreenderam e se defenderam claramente da acusação fiscal, completa e irrestritamente, conforme se verifica pela impugnação apresentada, que aborda todos os aspectos relacionados com a situação, objeto da autuação, não se vislumbrando, assim, nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa.

Não é o fato de os Impugnantes discordarem da infringência que lhes é imputada que acarreta a nulidade do lançamento. Cabe a eles comprovar as suas alegações.

O Auto de Infração foi lavrado conforme disposições regulamentares e foram concedidos ao Impugnantes todos os prazos legalmente previstos para apresentar a defesa, em total observância ao princípio do contraditório.

Rejeita-se, pois, a arguição de nulidade do lançamento.

Quanto às demais razões apresentadas, confundem-se com o próprio mérito e assim serão analisadas.

### **Do Mérito**

Conforme relatado, a autuação versa sobre a falta de recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) incidente sobre a doação de numerário efetuada pelo Coobrigado (doador) à Autuada (donatária), nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010, de acordo com as informações constantes da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e repassadas à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Constatou-se, ainda, a falta de entrega da Declaração de Bens e Direitos (DBD), à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG, relativa à doação recebida.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exige-se ITCD, Multa de Revalidação capitulada no art. 22, inciso II e Multa Isolada prevista no art. 25 ambos da Lei nº 14.941/03.

O Doador e a Donatária foram eleitos para o polo passivo da obrigação tributária com base, respectivamente, no art. 21, inciso III e no art. 12, inciso II, ambos da Lei nº 14.941/03.

De início é cogente ressaltar, que o presente lançamento tem origem na nulidade prolatada no Acórdão nº 22.496/17/1ª (PTA nº 15.000.037.685-87), decisão consubstanciada em vício formal, uma vez comprovada que o Auto de Início da Ação Fiscal (AIAF) foi enviado no mesmo envelope juntamente com o Auto de Infração, conforme Avisos de Recebimento (ARs) de fls. 10/11 do retromencionado PTA.

Segundo consta na decisão que anulou o lançamento, a ausência do procedimento fere o disposto nos arts. 194 e 196 do CTN, bem como no prescrito nos arts. 69, 70 e 74 do RPTA.

Conforme fundamentado na decisão:

ACÓRDÃO: 22.496/17/3ª

(...)

DO EXAME DOS DISPOSITIVOS CITADOS, CONCLUI-SE QUE A LAVRATURA DO AIAF TEM A FINALIDADE DE CIENTIFICAR O CONTRIBUINTE DA AÇÃO FISCAL QUE SERÁ INICIADA, BEM COMO, REQUISITAR OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.

NO CASO DOS AUTOS, A FASE PREAMBULAR FOI SUPRIMIDA, JÁ QUE OS AUTUADOS RECEBERAM, SIMULTANEAMENTE, PELO MESMO REGISTRO POSTAL, TANTO O AIAF QUANTO O AUTO DE INFRAÇÃO.

POR MEIO DO AIAF LAVRADO, A FISCALIZAÇÃO REQUISITA A APRESENTAÇÃO IMEDIATA DO COMPROVANTE DE QUE PROTOCOLOU A DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS JUNTO À SEF/MG, REFERENTE ÀS DOAÇÕES RECEBIDAS NO PERÍODO E A CÓPIA DO DAE QUE COMPROVA O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO INCIDENTE NAS OPERAÇÕES DE DOAÇÃO.

NO ENTANTO, TAL SOLICITAÇÃO IMPEDE QUALQUER RESPOSTA, EIS QUE, COMO DITO, A FISCALIZAÇÃO JÁ LAVROU O AI E JÁ O ENTREGOU, NO MESMO ATO, À AUTUADA.

SIGNIFICA DIZER, A AÇÃO FISCAL TEVE INÍCIO E FIM NUM MESMO INSTANTE, NUM MESMO ATO, SEM TER DADO A OPORTUNIDADE AO CONTRIBUINTE DE APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUISITADOS PELO AIAF, TALVEZ ATÉ COMPROVANDO SEU CORRETO PROCEDIMENTO E IMPEDINDO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

CONCLUI-SE, ASSIM, QUE NA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DE VALIDADE ACIMA EVIDENCIADOS, NÃO HÁ COMO SUBSISTIR O PRESENTE LANÇAMENTO.

E ainda destaca a referida decisão:

RESSALTE-SE, POR FIM, QUE A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO LANÇAMENTO NÃO IMPEDE, *PRIMA FACIE*, O SANEAMENTO DOS VÍCIOS APONTADOS, SENDO FACULTADO À FISCALIZAÇÃO RENOVAR A AÇÃO FISCAL E CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO MEDIANTE NOVO LANÇAMENTO, OBSERVADO O QUINQUÊNIO DECADENCIAL INICIADO NA DATA EM QUE SE TORNAR DEFINITIVA A DECISÃO QUE HOVER ANULADO, POR VÍCIO FORMAL, O LANÇAMENTO ANTERIORMENTE EFETUADO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 173, INCISO II DO CTN.

Assim, nestes autos, a Fiscalização renova a ação fiscal com fulcro na disposição emanada do inciso II do art. 173 do CTN, que assim dispõe:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

(...)

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Aduzem os Impugnantes ser inaplicável ao caso, o prescrito no inciso II do art. 173 do CTN, pois a decisão considerou a existência de vício formal e material para declarar a nulidade do feito fiscal.

Entretanto, não condiz com a realidade a afirmativa posta. Como alhures estampado nos excertos de fundamentação da decisão, ela está pautada na existência de vício formal, inclusive, noutra passagem a discussão é assim clareada: “Assim, a observância dos requisitos, pressupostos e formas prescritas em lei é de essencial importância para validação do lançamento tributário, pois, ao contrário, corre-se o risco de maculá-lo tornando-o passível de contestação, decorrente da violação de algum de seus pressupostos que se relacionam com o procedimento preparatório (vício formal), ou da violação de algum de seus requisitos (vício material), os quais decorrem da norma tributária.”

Nota-se, pois, toda a lógica do debate fincada no vício de procedimento preparatório para a ação fiscal com a não entrega do AIAF e, por conseguinte, prejudicial à solidez na formalização do crédito tributário, ora levado a efeito nas mesmas bases de acusação e fundamentação daquele outrora declarado nulo.

Portanto, perfeitamente aplicável ao caso, a norma do inciso II do art. 173 do citado *Codex*, entendimento amplamente corroborado em várias decisões judiciais, a exemplo da proferida em 29/03/17 pela primeira turma do TRF4 no Processo nº 5006086-24.2013.4.04.7201/SC, a saber:

DECISÃO: VISTOS E RELATADOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, DECIDE A EGRÉGIA 1ª. TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL E À REMESSA NECESSÁRIA E JULGAR PREJUDICADA A APELAÇÃO DO EXECUTADO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO, VOTOS

E NOTAS DE JULGAMENTO QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE JULGADO.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. ARTIGO 173, INCISO II, DO CTN. ANULAÇÃO DO LANÇAMENTO ANTERIOR POR VÍCIO FORMAL. TERMO INICIAL PARA NOVO LANÇAMENTO. CAUSA DE SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO PRAZO. NORMA GERAL EM MATÉRIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. REGRAMENTO DISTINTO DA DEFINIÇÃO DO INSTITUTO DE DIREITO PRIVADO. 1. O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL ESTABELECE, COMO REGRA GERAL, O TERMO INICIAL PARA A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, NO PRAZO DE CINCO ANOS, A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO (ARTIGO 173, INCISO I) OU, EM CASO DE ANULAÇÃO POR VÍCIO FORMAL, DA DATA EM QUE SE TORNAR DEFINITIVA A DECISÃO QUE HOVER ANULADO O LANÇAMENTO ANTERIOR (ARTIGO 173, INCISO II). 2. É DESCABIDA A INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DO ART. 173, INCISO II, COM O ART. 149, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN, QUE ENTENDE POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE NOVO LANÇAMENTO, A PARTIR DA DATA EM QUE SE TORNAR DEFINITIVA A DECISÃO QUE HOVER ANULADO O LANÇAMENTO ANTERIOR POR VÍCIO FORMAL, ENQUANTO O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO ESTIVER EXTINTO. 3. O INCISO II DO ART. 173 DO CTN NÃO PREVÊ HIPÓTESE DE REVISÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. O VÍCIO A QUE ALUDE O DISPOSITIVO LEGAL NÃO SE REFERE AO CONTEÚDO DO ATO, MAS SIM A UM ASPECTO FORMAL. POR ISSO, A FAZENDA PÚBLICA DEVE PROCEDER AO MESMO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO, SEM INCORRER NO VÍCIO FORMAL ANTERIOR. 4. PREVÊ O INCISO II DO ART. 173 DO CTN UMA CAUSA DE SUSPENSÃO E UMA CAUSA DE INTERRUPTÃO DO PRAZO DECADENCIAL, POIS, NA PENDÊNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL EM QUE SE DISCUTE A VALIDADE DO LANÇAMENTO, NÃO FLUI O PRAZO E, APÓS A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO LANÇAMENTO, RECOMEÇA A CONTAGEM DO PRAZO PARA EFETUAR NOVO LANÇAMENTO. 5. À DESPEITO DA CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA DO INSTITUTO NO ÂMBITO DO DIREITO PRIVADO, QUE RECHAÇA A SUSPENSÃO OU A INTERRUPTÃO DE PRAZO, É INDIVIDUOSO QUE, NO DIREITO TRIBUTÁRIO, A DECADÊNCIA APRESENTA REGRAMENTO DISTINTO, INSTITUÍDO POR NORMA COMPLEMENTAR. 6. A CONFORMAÇÃO CONCEITUAL DO INSTITUTO DA DECADÊNCIA CONSTRUÍDA PELO DIREITO PRIVADO NÃO SERVE DE NORTE PARA INTERPRETAR O DISPOSTO NO INCISO II DO ART. 173 DO CTN, NORMA GERAL EM MATÉRIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA PODE MODIFICAR A DEFINIÇÃO, O CONTEÚDO E ALCANCE DOS INSTITUTOS, CONCEITOS E FORMAS DE DIREITO PRIVADO, DESDE QUE NÃO UTILIZADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PELAS CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS OU PELAS LEIS ORGÂNICAS DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, PARA DEFINIR OU LIMITAR COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS, CONSOANTE O ART. 110 DO CTN. 7. APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL E REMESSA

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NECESSÁRIA PROVIDAS. PREJUDICADA A APELAÇÃO DO EXECUTADO. (TRF4 5006086-24.2013.4.04.7201, PRIMEIRA TURMA, RELATOR AMAURY CHAVES DE ATHAYDE, JUNTADO AOS AUTOS EM 05/04/2017)

A Impugnante alega ainda, a impossibilidade da exigência fiscal em razão de ter decaído o direito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais de exigir o crédito tributário.

Contudo, no caso dos tributos em que o legislador transfere ao contribuinte as funções de apurar e antecipar o montante devido antes de qualquer manifestação por parte da Fiscalização, em regra, o prazo para homologação é de cinco anos, contado a partir da data da ocorrência do fato gerador da obrigação, conforme art. 150 do CTN.

Porém, a inexistência de pagamento de tributo por parte do sujeito passivo enseja a prática do lançamento de ofício ou revisão de ofício, conforme art. 149 do CTN, sendo que nessa situação, aplica-se a contagem disciplinada em seu art. 173 e não a do art. 150, § 4º.

Após a constatação do não pagamento do ITCD referente às doações recebidas, a Fiscalização formalizou o lançamento do crédito tributário, dentro do prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN, *in verbis*:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

(...)

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento. (Grifou-se)

O inciso I retrotranscrito, elegeu como marco inicial para contagem do prazo para o lançamento do crédito tributário, o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Ocorre que o Contribuinte não apresentou a Declaração de Bens e Direitos (DBD), conforme previsto no art. 17 da Lei nº 14.941/03 que rege o ITCD, ficando a Fiscalização, desta maneira, impossibilitada de constituir o crédito tributário:

Art. 17. O contribuinte apresentará declaração de bens com discriminação dos respectivos valores em repartição pública fazendária e efetuará o pagamento do ITCD no prazo estabelecido no art. 13.

§ 1º A declaração a que se refere o caput deste artigo será preenchida em modelo específico instituído mediante resolução do Secretário de Estado de Fazenda.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º O contribuinte deve instruir sua declaração com a prova de propriedade dos bens nela arrolados, juntando fotocópia do último lançamento do IPTU ou do ITR, conforme seja o imóvel urbano ou rural.

§ 3º Apresentada a declaração a que se refere o "caput" deste artigo e recolhido o ITCD, ainda que intempestivamente, o pagamento ficará sujeito à homologação pela autoridade fiscal no prazo de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da entrega da declaração.

§ 4º Expirado o prazo a que se refere o § 3º sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Dessa forma, o prazo para formalização do crédito tributário começa a fluir para a Fazenda Pública Estadual a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que todos os elementos necessários ao lançamento são por ela conhecidos, por meio de declaração do contribuinte ou informação disponibilizada à Fiscalização.

Nesse sentido, tem decidido o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme decisão transcrita a seguir:

**EMENTA: TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - ITCD - DOAÇÃO DE COTAS SOCIAIS - DECADÊNCIA - TERMO INICIAL - CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO FISCO QUANTO À OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - TRANSAÇÃO REALIZADA ENTRE PARTICULARES - INOCORRÊNCIA DE DECLARAÇÃO AO FISCO NO PRAZO LEGAL - AUSÊNCIA E SUPRIMENTO PELO REGISTRO DA TRANSAÇÃO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO - CONHECIMENTO DA TRANSAÇÃO PELA FAZENDA ESTADUAL MEDIANTE DECLARAÇÃO POSTERIOR DO CONTRIBUINTE - LANÇAMENTO DO IMPOSTO NO QUINQUÊNIO SEGUINTE - DECADÊNCIA AFASTADA - RECURSO PROVIDO.**

1- O PRAZO DECADENCIAL DO FISCO PARA LANÇAR O ITCD DECORRENTE DE DOAÇÃO OPERADA ENTRE PARTICULARES É CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO, CONFORME A DISCIPLINA DO ART. 173, I, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

2- O MARCO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL É A CIÊNCIA INEQUÍVOCA, PELA FAZENDA, DO FATO GERADOR DO IMPOSTO, QUE OCORRE COM A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 13, VI, E 17, DA LEI ESTADUAL Nº 14.941/03.

3- NÃO TENDO SIDO PAGO O ITCD, NEM SIDO CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DE DECLARAÇÃO, PELO CONTRIBUINTE,



DOS BENS RECEBIDOS, NO PRAZO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL, NÃO SUPRE A DECLARAÇÃO, PARA FINS DE CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL, O SIMPLES REGISTRO DO INSTRUMENTO DE DOAÇÃO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO.

4- SE O LANÇAMENTO FISCAL É PROCEDIDO DENTRO DO PRAZO QUINQUENAL QUE SEGUE AO EXERCÍCIO EM QUE O FISCO REÚNE OS ELEMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO ITCD, DECORRENTES DE POSTERIOR DECLARAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO, NÃO SE CARACTERIZA A DECADÊNCIA, SENDO VÁLIDO O AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO. PRECEDENTES.

5- RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA, COM O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.

APELAÇÃO CÍVEL 1.0042.15.003323-3/001 0033233-97.2015.8.13.0042 (1). RELATOR(A) DES.(A) SANDRA FONSECA. DATA DE JULGAMENTO:13/12/2016. DATA DA PUBLICAÇÃO DA SÚMULA: 25/01/2017. (GRIFOU-SE)

Tal entendimento também encontra guarida em decisão do Superior Tribunal de Justiça. Examine-se:

EMENTA: (...) VI. SE O FISCO DISPÕE DOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS AO LANÇAMENTO, APLICA-SE A REGRA DO ART. 173, I, DO CTN, CONTANDO-SE O PRAZO DECADENCIAL A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DO ANO SUBSEQÜENTE AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR (A NÃO SER QUE SE CUIDE DE TRIBUTOS SUJEITOS À HOMOLOGAÇÃO, PARA OS QUAIS HÁ REGRA ESPECÍFICA NO ART. 150, § 4º, DO CTN). SE, ENTRETANTO, A AUTORIDADE FISCAL NÃO POSSUI OS DADOS INDISPENSÁVEIS AO LANÇAMENTO, É DE SE APLICAR A REGRA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 173, CORRENDO O PRAZO A PARTIR DA DATA EM QUE NOTIFICADO O CONTRIBUINTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS OU APRESENTAR DOCUMENTOS. (...) (STJ. AR 2159/SP. REL.: MIN. CASTRO MEIRA. 1ª SEÇÃO. DECISÃO: 22/08/07. DJ DE 10/09/07, P. 176.)

Nesse mesmo norte, a Superintendência de Tributação (SUTRI), Órgão da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais competente para orientar os contribuintes acerca de dúvidas quanto à interpretação da legislação tributária, manifestou o seu entendimento, conforme se depreende de resposta dada à consulta de contribuinte:

CONSULTA DE CONTRIBUINTE Nº 030/07

(MG de 08/02/2007)

ITCD – DECADÊNCIA – O termo inicial para contagem do prazo em que a Fazenda Pública poderá constituir o crédito tributário referente ao ITCD é de 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado com base nas informações relativas à caracterização do fato gerador do imposto.

(...)

CONSULTA:

1 – Qual o termo inicial para a contagem do prazo decadencial previsto no art. 173 do CTN, em se tratando do ITCD?

(...)

RESPOSTA:

1 e 2 – O termo inicial para contagem do prazo de 5 anos em que a Fazenda Pública poderá constituir o crédito tributário referente ao ITCD é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, conforme dispõe o art. 173, I, do CTN.

Para que o Fisco possa efetuar o lançamento do ITCD é necessário que tome conhecimento do fato gerador, dos bens que serão transmitidos e do contribuinte. O conhecimento desses fatos depende, muitas vezes, da atuação do contribuinte no Judiciário como, também, na Fazenda Pública Estadual por meio da entrega da Declaração de Bens e Direitos.

Portanto, o marco inicial para a contagem do prazo para a extinção do direito da Fazenda constituir o crédito tributário é o primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o Fisco toma conhecimento das informações necessárias ao lançamento.

Sendo assim, como o Fisco somente tomou conhecimento da ocorrência do fato gerador atualmente, a decadência arguida ainda não se efetivou.

Nesse caso, a Receita Estadual somente tomou conhecimento a partir do recebimento do banco de dados encaminhado pela Receita Federal do Brasil por meio dos Ofícios n°s: 446/2011/SRRF06/Gabin/Semac, datado de 17/08/11, 303/2011/SRRF06/Gabin/Semac, datado de 24/05/11 e 301/2012/SRRF06/Gabin/Semac, datado de 06/03/12, (fls. 09/11), uma vez que o Contribuinte, conforme já mencionado, deixou de cumprir o dever de entregar a DBD relativa às doações.

Assim, o prazo para a Fazenda Pública Estadual constituir o crédito tributário de ITCD, de que teve ciência, reiterando, em 2011, só expirou em 2016 e em relação ao exercício de 2012, expirou-se em 2017, de acordo com o disposto no art. 173, inciso I do CTN e, uma vez que os Sujeitos Passivos foram intimados da lavratura do Auto de Infração n° 15.000.037.685.87, em 22/11/16, conforme comprova a defesa na impugnação daqueles autos, às fls. 15, não ocorreu a decadência do direito de a Fiscalização formalizar o crédito tributário.

No tocante à revogação do parágrafo único do art. 23 da Lei 14.941/03, pela Lei nº 23.090/18, suscitado pela Defesa, razão não lhe assiste.

Registra-se por oportuno, que a revogação do parágrafo único do art. 23 da Lei 14.941/03 não tem o poder de promover qualquer deslocamento dos dias *a quo* do prazo decadencial, uma vez que decadência tributária é matéria sob reserva de Lei Complementar (LC), conforme prevê o art. 146, inciso III, alínea “b” da Constituição da República de 1988 –(CR/88).

Diante disso, ocorrendo o fato gerador do ITCD, na hipótese de o sujeito passivo ficar omissos de sua obrigação de recolher o imposto devido ou ficar omissos de sua obrigação de declarar à autoridade administrativa a ocorrência do fato gerador, por meio da apresentação da Declaração de Bens e Direitos (DBD), a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário continua sendo regida pelo que define o art. 173, inciso I, do CTN.

Portanto o termo inicial do prazo decadencial continua sendo o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Registra-se por oportuno, que de maneira diversa do ICMS, o ITCD é imposto que tem fatos geradores eventuais e não sujeitos a qualquer controle da Fiscalização, bem como tem contribuintes não previamente cadastrados e controlados, de modo que, se o contribuinte não cumprir sua obrigação de declarar à autoridade administrativa a ocorrência do fato gerador, o lançamento do imposto simplesmente não pode ser efetuado.

Assim, no caso do ITCD, o termo inicial do prazo decadencial é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o contribuinte declara à Fiscalização a ocorrência do fato gerador ou, na falta dessa declaração, o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o Fisco de outra forma toma ciência da ocorrência do fato. Só a partir desse momento o lançamento poderia ser efetuado.

Cumpra ainda salientar que nos termos da Lei 23.090/18, verifica-se que a revogação do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 14.941/03 surtirá efeitos relativamente aos créditos tributários regularmente intimados a partir de 10/08/18. Examine-se:

Lei 23.090/18

Art. 15 - Ficam revogados:

I - a alínea “b” do inciso I e o inciso III, ambos do § 1º do art. 187 da Lei nº 6.763, de 1975;

II - o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003;

III - o inciso III do caput do art. 45 da Lei nº 22.549, de 2017;

IV - o art. 2º da Lei nº 22.914, de 2018.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor em 10 de agosto de 2018. (Grifou-se).

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Salienta-se que o efeito da vigência é *ex nunc*, ou seja, para frente, considerada a data de 10/08/18.

Assim, considerando que o novo lançamento (Auto de infração nº 15.000.049.343-08) com recebimento, pelos Autuados, em julho de 2018, conforme ARs acostados às fls. 62/63, a legislação de regência não desobrigou a Fiscalização de dar prosseguimento à ação fiscal.

Quanto à irregularidade apontada no Auto de Infração, registra-se que o ITCD incide, entre outras hipóteses, na doação de quaisquer bens ou direitos a qualquer título, ainda que em adiantamento de legítima, conforme dispõe o art. 1º, inciso III da Lei nº 14.941/03. Veja-se:

Art. 1º - O imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD - incide:

(...)

III- na doação a qualquer título, ainda que em adiantamento da legítima;

(...).

A mesma lei estabeleceu que o contribuinte do ITCD é, na transmissão por doação, o donatário, nos termos do disposto no seu art. 12, inciso II, a saber:

Art. 12. O contribuinte do imposto é:

(...)

II- o donatário, na aquisição por doação;

(...).

O doador foi incluído no polo passivo da obrigação tributária, na condição de Coobrigado, nos termos do art. 21, inciso III da Lei nº 14.941/03, *in verbis*:

Art. 21. São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

(...)

III- o doador;

(...)

Conforme se verifica, os Impugnantes não contestam a ocorrência da doação. O argumento de defesa restringe-se à extinção do crédito tributário pelo decurso do prazo decadencial, questão já superada, conforme já explicitado anteriormente.

No que se refere à penalidade aplicada, deve-se considerar que a atividade da Fiscalização é plenamente vinculada, devendo essa se ater aos parâmetros fixados pela legislação, exatamente nos moldes verificados nos autos.

Assim, a Multa de Revalidação, em razão do não pagamento do ITCD, foi corretamente exigida nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 14.941/03, *in verbis*:

Art. 22. A falta de pagamento do ITCD ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará a

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aplicação de multa, calculada sobre o valor do imposto devido, nos seguintes termos:

(...)

II- havendo ação fiscal, será cobrada multa de revalidação de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Por sua vez, a Multa Isolada, exigida pelo descumprimento da obrigação acessória de que trata o art. 17 da Lei nº 14.941/03, encontra-se capitulada no art. 25 do mesmo diploma legal, que assim prescreve:

Art. 25. O contribuinte que sonegar bens ou direitos, omitir ou falsear informações na declaração ou deixar de entregá-la ficará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante do imposto devido.

Sendo assim, encontram-se plenamente caracterizadas as irregularidades apontadas no Auto de Infração, mostrando-se as alegações dos Impugnantes insuficientes para elidir o trabalho fiscal.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. Quanto à prejudicial de mérito, à unanimidade, em não reconhecer a decadência do direito da Fazenda Pública de formalizar o crédito tributário. No mérito, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Pelos Impugnantes, sustentou oralmente a Dra. Claudiana Cândida Teixeira e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Geraldo Júnio de Sá Ferreira. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Cindy Andrade Moraes (Revisora) e Erick de Paula Carmo.

**Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2018.**

**Eduardo de Souza Assis**  
**Presidente**

**Lilian Cláudia de Souza**  
**Relatora**